

economia

Câmara adia relatório da 6x1 por impasse sobre transição

Governo defende corte imediato da jornada; oposição propõe prazo maior

/ CONGRESSO NACIONAL

A divulgação do parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6x1, prevista para esta quarta-feira, foi adiada para a próxima segunda por divergências entre o governo Lula (PT), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o relator do projeto, o deputado Leo Prates (Republicanos-BA), em torno de alguns pontos do texto, como o período de transição.

A PEC reduzirá a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, mas o governo defende a diminuição imediata ou uma transição mais rápida, enquanto os deputados do centrão querem um período de transição mais longo, de pelo menos quatro anos.

A reunião para definir essa regra ocorreu na noite desta terça entre Motta, Prates e os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da SRI (Secretaria de Relações Insti-

tucionais), José Guimarães, além do líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), e deputados do PT.

No entanto, não houve acordo e os parlamentares decidiram adiar a apresentação do relatório para debater mais.

“O essencial está decidido, os detalhes são absolutamente menores”, afirmou o líder do governo, Paulo Pimenta.

De acordo com o relator, a mudança não afeta o calendário. “Arrancamos o compromisso do presidente Hugo Motta de que, assim que votarmos na comissão, ele votará em seguida no plenário”, disse Prates. O objetivo é concluir a aprovação da PEC na Câmara ainda em maio.

Prates afirmou que já está definido que haverá uma redução gradual da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, sem redução de salários e com dois dias de folga por semana, um preferencialmente aos

domingos. Com isso, ficará proibida a escala de 6 dias de trabalho com apenas um de descanso (a 6x1).

Também está decidido que a escala de categorias específicas será regulamentada posteriormente em lei ou por convenções e acordos coletivos, como para jornadas de 12 horas de trabalho para 36 de descanso, caso dos profissionais da saúde e segurança pública.

Haverá também um limite de horas mensais, para ajustes da escala. Dessa forma, o trabalhador poderá fazer ajustes.

Os demais pontos, como formas de mitigar o impacto para os custos das empresas e o tratamento dos micro e pequenos empresários, ainda serão debatidos ao longo da semana.

Motta resistia à redução da jornada de trabalho ano passado, mas decidiu encampar a proposta este ano e liderar a aprovação de uma PEC após o governo Lula



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

PEC pretende reduzir carga horária de 44 horas semanais para 40 horas

indicar que mandaria um projeto de lei sobre o assunto. O texto está em debate desde fevereiro, sob críticas de empresários que argumentam que haverá aumento de custos e consequente repasse nos preços para a população.

A oposição também atacou a proposta e indicou que votará contra a redução da jornada. O pré-candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), afirmou nesta terça que a discussão sobre o fim da escala 6x1 é legítima, porém “inoportuna e eleitoreira”, e defendeu a remuneração por horas trabalhadas com manutenção de direitos trabalhistas.

“A remuneração por hora trabalhada traz liberdade, aumento da renda e proteção. Quem quer trabalhar mais ganha mais. Quem precisa de menos horas tem essa liberdade”, disse em nota. Ele reuniu as bancadas do partido na Câmara e no Senado para falar sobre o assunto.

Para que a PEC seja aprovada, é necessário que 308 dos 513 deputados votem favoravelmente, em dois turnos no plenário. Depois, o texto ainda precisa passar pelo Senado Federal. O governo Lula tenta que o tema seja aprovado antes da eleição de outubro para melhorar a popularidade do presidente.

CCJ concede vista coletiva de PEC da autonomia financeira, administrativa e orçamentária do BC

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado concedeu vista coletiva sobre a Proposta de Emenda à Constituição que trata da autonomia financeira, administrativa e orçamentária ao Banco Central (PEC 65).

O pedido foi vocalizado pelo próprio relator, o senador Plínio

Valério (PSDB-AM), antes de ler seu relatório favorável ao texto em sessão realizada ontem.

O instrumento regimental permite a suspensão temporária da votação para que diferentes membros possam analisar o processo em conjunto antes de indicarem seus votos.

O adiamento já era espe-

rado diante da falta de acordo sobre o tema. Com a leitura do relatório, o texto ainda precisa ser colocado para votação na CCJ. Depois da comissão, vai ao plenário.

Ao conceder a vista, o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), afirmou que a matéria já está madura.

No relatório lido nesta quarta-feira, Valério mantém a autoridade monetária como uma entidade de direito público, acatando sugestão da Advocacia-Geral da União (AGU), em uma tentativa de destravar a matéria.

“Estamos fazendo história, mesmo só com a leitura. O que

vem depois, cada um vai responder pelo seu ato aqui. Porque já ficou claro para a população brasileira que a importância do Banco Central e que a liberdade financeira é fundamental.

Então, lá na frente, nós vamos ver quem é que é contra o avanço ou não”, disse o relator, nesta quarta-feira.



FÓRUM DEMOCRÁTICO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

URUGUAIANA E REGIÃO
NO CENTRO DO DEBATE

Corede Campanha
e Fronteira Oeste

TEMA: "Municipalismo Agora.
A voz e a vez dos municípios"

22/05 - 14h

Câmara de Vereadores
Rua Gen. Bento Martins, 2619
Centro


